

INFLUÊNCIA DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E DIRETRIZES CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ NO TRABALHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR

Rafael Castoldi, Celso Aparecido Polinarski (Orientador/UNIOESTE), e-mail: rcastoldi@hotmail.com

Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – Cascavel – PR

Palavras-Chave: Projeto Político-Pedagógico; Educação Ambiental; Diretrizes Curriculares.

Resumo

Os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) são utilizados nas instituições de ensino como instrumentos teórico-metodológicos, estes projetos devem ser produzidos a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e/ou Diretrizes Curriculares do Estado (DCE) visualizando o cotidiano social. Estes documentos trazem definições e funções doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na educação básica, que orientam as escolas, na organização, articulação e desenvolvimento de propostas pedagógicas. A Educação Ambiental (EA) é um tema atual e que deve ser proposto nos PPPs. O objetivo desta proposta de trabalho é de analisar a proposta dos PCNs e das DCEs do Paraná, que são documentos que norteiam o trabalho escolar e auxiliam na elaboração dos PPPs, esta análise se constitui em verificar como está inserido, nestes documentos, as metodologias de trabalho que envolvem a temática de EA, e ainda como os PCNs e as DCEs relacionam as atividades que auxiliem na motivação ao estudo de Educação Ambiental e que possibilitem ao aluno o desenvolvimento do pensamento crítico e sistematizado. A metodologia aplicada foi a análise documental de maneira qualitativa dos documentos propostos. Os resultados apresentam uma grande divergência entre os PCNs e as DCEs do Paraná dos anos de 2006 e 2008, documentos estes que permeiam o trabalho da escola e da formulação do PPP, desta forma o trabalho escolar, devido as alterações contínuas e da falta de coesão entre os documentos, apresentará distorções que fazem com que a escola encontre dificuldades em desenvolver trabalhos em Educação Ambiental.

Introdução

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento de fundamental importância para a construção de um trabalho escolar sistematizado, desta

forma sua construção deve ser feita a partir das necessidades da comunidade e da escola.

O PPP é um conjunto de planos e projetos desenvolvidos pela comunidade escolar, que visam o desenvolvimento do trabalho da escola de forma adequada, nele deve estar contido todo o planejamento do trabalho escolar, incluindo os projetos a serem desenvolvidos e as atividades para o decorrer do ano letivo.

No PPP deve-se refletir a realidade da escola, com maneiras para superar possíveis obstáculos (Veiga, 1998), e ainda um instrumento necessário e importante para o “caminhar” escolar, para que não deixe a instituição de ensino sem um rumo específico, ele deve demonstrar maneiras de se manter um trabalho escolar sistemático e organizado.

Neste mesmo contexto, Veiga (2001) expõe que o projeto pedagógico deve conter características como: ser processo participativo de decisões; preocupar-se em manter o trabalho pedagógico organizado e que corrompa os conflitos e as contradições; que aponte princípios baseando-se na autonomia da escola; ser um documento comum e coletivo e que dê estímulo para a participação de toda a comunidade escolar; deve explicitar o compromisso com a formação do cidadão; e ainda conter opções direcionamentos que visem a superação de problemas no decorrer do trabalho educativo e que seja voltado para uma realidade específica.

Verifica-se outras atribuições ao PPP, como o de prever as atividades da escola, do administrativo ao pedagógico, devendo ter como a principal meta a construção de uma escola democrática, e que seja capaz de contemplar as vontades da comunidade na qual ela está inserida (NERI e GUIMARÃES, 2001).

Neste foco, deve-se considerar o PPP como o principal documento da escola, onde qualquer pessoa que queira saber como se desenvolve o trabalho na escola, além de outras características como: a realidade econômico-social dos alunos do local onde o colégio está inserido, o desenvolvimento de projetos que envolva a escola e a comunidade, consiga conhecê-la apenas verificando o referido documento.

Ainda deve-se compreender que o Projeto Político-Pedagógico é também político, como citado por Gadotti (2000, p. 2):

“não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.”

Para se construir um PPP é necessário observar algumas diretrizes do Sistema Nacional de Educação, estas diretrizes indicam alguns documentos que devem nortear a construção do PPP, dentre eles está os

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), produzidos após a promulgação da LDB 9394/96, que estabeleceu as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional e publicados em 1998, este documento propunha uma nova organização curricular em âmbito federal, e foram construídos com objetivo de trazer propostas metodológicas que procuravam uma visão mais articulada entre o conhecimento científico e o cotidiano além da escola.

Os Parâmetros apresentam algumas temáticas atuais para serem trabalhadas nas escolas, estes são denominados de temas transversais, “Os temas transversais correspondem às questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas, na vida cotidiana” (BRASIL, 1997, p. 15). Devendo os mesmos serem trabalhados por todas as disciplinas escolares, garantindo assim, que não seja caracterizado como um conteúdo de uma única disciplina, como era trabalhado até a publicação dessas temáticas, para exemplificar pode-se citar a temática transversal de educação ambiental, que normalmente era deixada a cargo da disciplina de ciências naturais.

Outro documento que pode ser utilizado para a produção dos PPPs são as Diretrizes Curriculares Estaduais (DCEs), estas são produzidas pelos seus respectivos estados, afim de ajudar na organização escolar e também do PPP.

A temática ambiental, em alta hoje em dia, devido a problemas ambientais freqüentes, desperta bastante interesse em vários campos da ciência, na área do Ensino de Ciências não é diferente, sendo trabalhada normalmente com o nome de Educação Ambiental (EA).

A utilização da EA na educação formal é uma das propostas para o auxílio no trabalho em busca de amenizar as problemáticas ambientais. A proposta dessa forma de trabalho é devido a representação das escolas como locais corretos para o desenvolvimento da educação contínua e integrada com a sociedade.

Assim, a EA como tema transversal, segundo proposto pelos PCNs (BRASIL, 1997, p. 15), deveria ser trabalhada em todas as áreas do saber escolar de forma a estarem presentes não apenas nas horas das ciências da natureza ou datas comemorativas.

Portanto, o trabalho com a Educação Ambiental seria um grande passo para mudanças de atitudes no qual envolvam os alunos, segundo Telles et. al. (2002, p. 31):

“não podemos achar que só a Educação Ambiental será responsável por interromper esse processo de degradação ambiental pelo qual passa o nosso planeta, mas temos a certeza que é um dos melhores instrumentos que possuímos atualmente para colocar em prática as mudanças de comportamentos, que irão contribuir para a preservação do ambiente e manter a qualidade de vida”.

Assim, esta proposta de trabalho teve por objetivos analisar a proposta dos PCNs e das DCE do Paraná, que são documentos que norteiam o trabalho escolar e auxiliam na elaboração dos PPPs, esta análise se constitui em verificar como está inserido, nestes documentos, as metodologias de trabalho que envolvem a temática de EA, e ainda como os PCNs e a DCE relacionam atividades que visem a motivação ao estudo de Educação Ambiental e que levem ao aluno a possibilidade do desenvolvimento do pensamento crítico.

Metodologia

A pesquisa foi elaborada em duas etapas: onde a primeira etapa consiste em analisar as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná e os Parâmetros Curriculares Nacionais, focando dentro destes documentos como a Educação Ambiental esta sendo contextualizada, quais as atividades práticas propostas nestes documentos, que tipos de atividades são propostas para a motivação para o aprendizado em EA.

Na segunda etapa da pesquisa foram feitos confrontos de idéias entre as DCEs do Paraná e os PCNs, focando as metodologias de trabalho e as atividades que levem o aluno a uma motivação no estudo de EA.

Estas verificações foram baseadas na metodologia de análise documental. A análise documental é realizada a partir de documentos considerados cientificamente autênticos. Os documentos podem ser de fontes primárias e secundárias, fontes escritas ou não. Fontes primárias são os dados obtidos de documentos; secundária dados obtidos de revistas, jornais, teses, cuja autoria é conhecida; as não escritas são de fotos e imagens (PÁDUA, 2004), (BELL, 1993), (COHEN & MANION, 1994).

Lüdke e André (1986) consideram a análise documental como uma fonte de coleta de dados estável, pois os dados podem ser consultados diversas vezes e persistem a um longo tempo. E ainda estes mesmos autores consideram os documentos com informações escolares como do tipo técnico.

A análise documental se constitui como ferramenta para a análise de dados de forma qualitativa, onde Lakatos et. al. (1985) considera que na pesquisa qualitativa o ambiente natural é a fonte para coleta dos dados e, estes são analisados indutivamente, o processo e seu significado são os focos principais de abordagem. Este tipo de metodologia permite a aproximação da realidade.

Segundo Martins (1994) a pesquisa qualitativa não fundamenta-se em deduções mas descreve e determina com precisão a natureza dos dados obtidos.

Resultados e Discussões

Foram verificados as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná nas edições publicadas em 2006 e uma outra publicada em 2008, sendo feitas averiguações dentro destas duas Diretrizes, buscando apontar as divergências e as semelhanças entre estes dois documentos, e ainda buscando comparar, estes documentos aos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná X Parâmetros Curriculares Nacionais

Na análise desses documentos que permeiam a construção dos PPPs, foram verificados diversas divergências, dentre essas divergências também encontra-se críticas feitas de um documento para com o outro, onde pode-se verificar nas DCEs do Paraná que relatam em suas edições de 2006 e 2008 críticas relacionadas com a metodologia de trabalho dos PCNs, e assim nota-se que os PCNs não são utilizados pelo Paraná na construção de suas Diretrizes, podendo se notar isso na análise de Paraná (2006, p. 23) onde coloca que:

“o ensino de Ciências teve o objeto de estudo redirecionado. Seus conteúdos clássicos se esvaziaram em decorrência da publicação e ampla distribuição dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (...) os conteúdos específicos ficavam em segundo plano, à margem do processo pedagógico e, geralmente, eram tratados sem aprofundamento porque o foco estava nas temáticas dos projetos”.

O mesmo encontrado na DCE de 2008, onde percebe-se uma crítica a descaracterização da disciplina de Ciências, pois segundo Paraná (2008, p. 56) “nesse documento (PCN) o quadro conceitual de referência da disciplina e sua constituição histórica como campo do conhecimento ficaram em segundo plano”.

Isso porque a DCE do Paraná de 2008 enfatiza como ponto forte no estudo a constituição histórica da disciplina de Ciências, não notado dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

As DCEs do Paraná tanto de 2006 como de 2008 fazem inferência a maneira como é trabalhado diversos temas da disciplina de Ciências, temas estes mais tradicionais da disciplina, que acabaram ficando a cargo de todas as disciplinas escolares, na metodologia dos temas transversais, nota se isso em Paraná (2008, p. 19) onde expõe que:

“o Currículo Básico foi desvalorizado e os PCN contribuíram para a perda de identidade da disciplina de Ciências, pois, parte de seus conteúdos mais tradicionais foram

englobados pelos Temas Transversais. O quadro conceitual de referência da disciplina e sua constituição histórica com campo do conhecimento ficaram, assim, em segundo plano”.

Ainda, encontra-se nas DCEs do Paraná metodologias de trabalho diferente das encontradas nos PCNs, onde as DCEs propõem uma metodologia com caráter interdisciplinar, e os PCNs apresentam a metodologia dos temas transversais, ou seja, a transversalidade, mas também propõem o trabalho interdisciplinar, sendo colocada em segundo plano.

Avaliação, Atividades e Motivação para o Ensino em EA nos PCNs

Os PCNs utilizam de um processo avaliativo que valorize o desenvolvimento cognitivo e social do aluno. Ainda, enfatiza que os sistemas avaliativos utilizados pelos professores servem principalmente para planejar a sequência de seus trabalhos e ajustar ao processo de seus alunos afim de oferecer condições para a superação de obstáculos e buscar desenvolver a autonomia e o autoconhecimento, e nunca de qualificar, ou seja o professor deve se auto-avaliar para que possa melhorar o seu trabalho (BRASIL, 1997).

Os PCNs apresentam diversas técnicas para que possam realizar atividades que valorizam a motivação no conteúdo em EA, dentre estas atividades, apresentam como forma de motivar os alunos ao aprendizado: trabalhos em grupo, onde segundo Brasil (1997, p. 57) “empreender trabalho em grupo, capaz de envolver e de colocar os alunos em interação social e cognitiva”; apresentar leituras diversificadas como jornais e revistas para que os alunos tenham contato com a vida social e com os problemas ambientais que assolam o dia-a-dia; discutir os meios de comunicação para que os alunos possam entender as mensagens implícitas e explícitas; aplicar atividades experimentais para que os alunos tenham contato com diferentes realidades; e ainda a utilização de debates, seminários, discussões para desenvolver o senso crítico de seus alunos para com o meio ambiente (BRASIL, 1997).

Os Parâmetros Curriculares ainda apresentam como de fundamental importância a valorização da vida social do aluno e a realidade escolar, para que os educandos possam assumir responsabilidades e buscar resolver problemas (BRASIL, 1997).

Neste contexto, Telles et. al. (2002) coloca que, este tipo de trabalho deve ser desenvolvido buscando encontrar dentro do próprio âmbito escolar ou até da comunidade, locais que pode se notar a degradação do meio ambiente.

Divergências Encontradas entre as DCEs do Paraná de 2006 e 2008

As Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná em suas edições de 2006 e 2008 apresentam grandes divergências na metodologia de trabalho em sala, e ainda em seus sistemas de avaliação e em suas atividades de motivação ao estudo em EA.

Onde primeiramente se observa uma grande diferença entre estas Diretrizes no que tange o trabalho escolar, pois nota-se em sua edição de 2006, uma grande valorização na tríade Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), bastante discutida hoje em dia em congressos, teses de doutorados, entre outros, já a DCE de 2008 apresenta uma supervalorização do trabalho levando em consideração o contexto histórico da Ciência, pouco discutida na edição de 2006.

Levando em consideração os sistemas de avaliação as DCEs de 2006 e 2008, também apresentam divergências, as Diretrizes publicadas em 2006 apresentam a valorização dos conhecimentos prévios em relação aos conhecimentos acumulados e o progresso do aluno no momento de se avaliar, ainda considera importante saber quanto e de que forma o aluno se apropriou desses conhecimentos científicos (PARANÁ, 2006).

Ainda no mesmo contexto, a DCE de 2006, descarta a utilização das provas escritas, se contrapondo a nova DCE do Paraná de 2008 que expõe com uma citação de Vigotsky (1991b), que dentre essas possibilidades, a prova pode ser um excelente instrumento de investigação do aprendizado do estudante e de diagnóstico dos conceitos científicos escolares ainda não compreendidos por ele, além de indicar o quanto o nível de desenvolvimento potencial tornou-se um nível real (PARANÁ, 2008).

A DCE (2008) apresentam uma metodologia de avaliação baseada em Hoffman (1991), que conceitua como avaliação mediadora em oposição a um processo classificatório, sentencioso, com base no modelo “transmitir-verificar-registrar”. Assim, a avaliação como prática pedagógica que compõe a mediação didática realizada pelo professor é entendida como “ação, movimento, provocação, na tentativa de reciprocidade intelectual entre os elementos da ação educativa. Professor e aluno buscando coordenar seus pontos de vista, trocando idéias, reorganizando-as” (HOFFMANN, 1991, p.67).

Deste modo, as DCEs apresentam grandes divergências entre as edições de 2006 e 2008, levando a uma mudança completa dentro dos PPPs escolares, desta maneira não há como ter um seguimento no trabalho escolar, sendo que a escrita de um PPP deve ser feita se pensando e considerando um espaço temporal, e com mudanças repentinas como estão ocorrendo nos documentos que devem auxiliar na estruturação do PPP, os

projetos político-pedagógicos não são nem reconhecidos como um documento escolar e já devem ser alterados.

Assim sendo, Oliveira (2007) aponta que o trabalho em Educação Ambiental deve ser de forma contínua e sistematizada. Assim, se ocorre a mudança de metodologia de trabalho e mudança também nos conteúdos relacionados ao meio ambiente, acaba não se desenvolvendo um bom trabalho em Educação Ambiental.

Temas Transversais como Proposta dos PCNs

Os Temas Transversais apresentados nos PCNs são selecionados a partir de “questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana” (BRASIL, 1997, p. 17), os temas escolhidos pelos PCNs são: Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo. E ainda os Parâmetros deixam explícitos que ainda podem-se trabalhar outras questões que forem de urgência em cada comunidade.

Esta transversalidade apontada pelos PCNs, demonstra como deve ser o trabalho escolar, onde os temas selecionados por ele deve ser trabalhado de maneira transversal em todas as disciplinas, ou seja, estes temas não devem constituir novas disciplinas e sim ser apontadas em todas as disciplinas do currículo escolar.

Por exemplo, na temática Educação Ambiental, esta deve ser trabalhada dentro de todas as disciplinas do currículo escolar, não apenas a cargo da disciplina de Ciências, e ainda vale ressaltar segundo Brasil (1997) que, estudos como do meio ambiente deve ser trabalhado principalmente por disciplinas que tem alguma relação com o tema, como por exemplo geografia, história, ciências entre outras. E em disciplinas que a relação com o tema é mais distante, apenas deixarem implícitos o trabalho destas temáticas, como no caso da matemática e do português que podem lançar textos e enunciados referindo-se a questão em foco.

No caso do tema Meio Ambiente ser apontado como tema transversal, é por ser uma temática bastante discutida em todos os âmbitos da sociedade, e estar inserido em todos os critérios apontados pelos PCNs para eleição dos temas transversais: Urgência social, Abrangência nacional, Possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental, e Favorecer a compreensão da realidade e a participação social (BRASIL, 1997).

Os PCNs tratam os temas transversais como de fundamental importância para serem discutidos não apenas na sala de aula, mas sim ser tratado no dia a dia dos alunos e da comunidade para que possam buscar soluções, e ainda os Parâmetros ressaltam a importância de se trabalhar a

temática transversal meio ambiente de forma contínua, sistemática, abrangente e integrada e não como áreas distintas.

Transversalidade e Interdisciplinaridade

A transversalidade tratada nos PCNs diferem em alguns pontos da interdisciplinaridade, “bastante difundida no campo da pedagogia” (BRASIL, 1997, p. 29). Os Parâmetros Curriculares Nacionais tratam as metodologias transversalidade e interdisciplinaridade semelhantes, como demonstrado na citação de Brasil (1997, p. 29-30):

“Ambas — transversalidade e interdisciplinaridade — se fundamentam na crítica de uma concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, sujeitos a um ato de conhecer isento e distanciado. Ambas apontam a complexidade do real e a necessidade de se considerar a teia de relações entre os seus diferentes e contraditórios aspectos”.

Mas também diferem uma da outra:

“uma vez que a interdisciplinaridade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, enquanto a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática” (BRASIL, 1997, p.30).

E ainda demonstra que a interdisciplinaridade questiona a segmentação e a visão compartimentada das disciplinas, entretanto a transversalidade trata da relação entre aprender sobre a realidade e de compreender na realidade e da realidade (BRASIL, 1997).

Conclusões

Assim, nota se uma grande divergência entre documentos que permeiam o trabalho da escola e do PPP, tornando assim o trabalho escolar dificultado, fazendo com que a escola encontre dificuldades em desenvolver trabalhos em Educação Ambiental, por não terem uma base teórica boa e correta para o desenvolvimento do PPP escolar.

Referências Bibliográficas

BELL, J. Como realizar um projecto de investigação. Ed.: Gradiva (ed. 3ª). Lisboa, 1993.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente, Saúde / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1997.

Anais do I Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Ambiente,
28 a 30 de abril de 2009. UNIOESTE, Cascavel – Paraná – Brasil.

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- COHEN, L.; MANION, L. Research Methods in education. Ed.: Routledge (ed.4ª). London, 1994.
- GADOTTI, M. O Projeto Político Pedagógico da Escola na perspectiva de uma educação para a cidadania. In: GADOTTI, M. et al. *Perspectivas atuais da educação*. Ed.: Artes Médicas. Porto Alegre, 2000.
- HOFFMANN, J. M. L. Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. Ed.: Educação e Realidade. Porto Alegre, 1991.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, E. D. A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. Ed.: Pedagógica e universitária Ltda. São Paulo, 1986.
- MARTINS, J. A pesquisa qualitativa. In: FAZENDA, I. *Metodologia da pesquisa educacional*. Ed.: Cortez (ed. 3ª). São Paulo, 1994. (Biblioteca da educação, série 1, v. 11) p. 47–58.
- NERI, M. C. S., GUIMARÃES, M. L. *Projeto Político-Pedagógico: Uma Prática Educativa em Construção*. Belém, 2001.
- OLIVEIRA, T. V. S. A educação ambiental e cidadania: a transversalidade da questão. In: *Revista Iberoamericana de Educación*, nº 42/4. 2007.
- PÁDUA, E. M. M. Metodologia da Pesquisa: Abordagem teórico-prática. Ed.: Papirus (ed.10). Campinas, 2004.
- VEIGA, I. P. (org.). Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. Ed.: Papirus. Campinas, 1998.
- VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.) *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Ed.: Papirus (ed. 23). Campinas, 2001.
- VYGOSTKY, L. S. Pensamento e linguagem. Ed.: Martins Fontes. São Paulo, 1991b.
- TELLES, M. Q. et al. *Vivências Integradas com o meio ambiente*. Ed.: Sá Editora. São Paulo, 2002.